

ATA NÚMERO 15/XIII/1.ª SL

Aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
3. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 11/XIII - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016](#);
 - Autora do parecer: Deputada Susana Lamas (PSD)
4. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 12/XIII - Aprova o Orçamento do Estado para 2016](#);
 - Autora do parecer: Deputada Gabriela Canavilhas (PS)
5. Audição do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, sobre a RTP;
6. Outros assuntos.

1. Informações;

1.1. A Senhora Presidente transmitiu que foram recebidos na Comissão dois pedidos de audiência, relativamente aos quais foi deliberado o seguinte:

- Confederação do Desporto de Portugal, para apresentação das questões mais prementes relacionadas com a atividade desportiva. A audiência será agendada pelo Grupo de Trabalho do Desporto.
- AUDIOGESTE (Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos) e AFP (Associação Fonográfica Portuguesa), sobre o [Projeto de Resolução n.º 111/XIII, do BE - Proteção contra a censura digital](#). A audiência será agendada por um deputado-piloto a indicar pelo PS, numa reunião aberta a todos os Deputados.

1.2. Informou ainda que deu entrada na Assembleia da República a Petição n.º 52/XIII, de Estêvão Domingos de Sá Sequeira, que propõe que sejam tomadas medidas que impulsionem a implementação de planos de segurança e saúde em todas as instalações e atividades que envolvam crianças, adolescentes e jovens, tendo o Senhor Vice-

Presidente da Assembleia da República despachado para a 12.^a Comissão, para eventual tratamento como expediente.

Nesta sequência, a Comissão deliberou que a Petição deve ser distribuída aos Senhores Deputados, para conhecimento e para que tomem as diligências que entenderem adequadas.

- 1.3. A Senhora Presidente referiu-se ainda ao relatório da audição da subscritora da Petição n.º 19/XIII, que decorreu no passado dia 10 de fevereiro, não se tendo registado quaisquer observações sobre o mesmo.

A este propósito, fez referência ao facto de a peticionária e os Deputados André Silva (PAN) e Rosa Albernaz (PS) terem considerado, durante a audição, que a Petição deveria ser apreciada na 1.^a Comissão, por estarem em causa direitos fundamentais, e fez ainda referência à comunicação que o PAN dirigiu, posteriormente, à Comissão, requerendo que se ponderasse a transferência da petição para a 1.^a Comissão.

Intervieram, sobre este assunto, os Senhores Deputados Gabriela Canavilhas (PS) e João Almeida (CDS-PP), que defenderam que a Petição deve manter-se na 12.^a Comissão, uma vez que as matérias em questão dizem respeito a uma atividade regulada pelo Ministério da Cultura, que é fiscalizado por esta Comissão.

Nesta sequência, a Comissão foi unânime em considerar que a Petição se insere no âmbito das suas competências e que deve ser dado conhecimento deste entendimento ao Senhor Deputado André Silva (PAN).

2. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;

A ata da reunião de 10 de fevereiro último foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 11/XIII - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016](#);

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) apresentou o parecer.

Após a intervenção do Senhor Deputado Ivan Gonçalves (PS), que cumprimentou a Senhora Deputada e anunciou o voto favorável do PS, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Lei n.º 12/XIII - Aprova o Orçamento do Estado para 2016](#);

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) apresentou o parecer.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD), que saudou a Senhora Deputada pela elaboração do parecer e efetuou algumas considerações, nomeadamente no que concerne ao orçamento para a área da Cultura. Apresentou ainda uma proposta de alteração de redação, na parte respeitante à análise orçamental das áreas da Cultura e Comunicação, que foi consensualizada da seguinte forma: onde se lia “Relativamente aos Serviços e Fundos Autónomos, tais como o Fundo de Fomento Cultural, o Instituto do Cinema e do Audiovisual e a Direção-Geral do Património Cultural, ressalva-se o acréscimo na despesa de 19,1% face à execução provisória de 2015” passou a ler-se “Relativamente aos Serviços e Fundos Autónomos, ressalva-se o acréscimo na despesa de 19,1% face à execução provisória de 2015”.

Com esta alteração, o parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Audição do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, sobre a RTP (17h00);

O Senhor Presidente do Conselho Geral Independente (CGI) da RTP cumprimentou os Senhores Deputados e fez uma breve apresentação do Conselho, explicitando a composição, os seus poderes, as suas funções e os seus limites.

Deu ainda conta das principais alterações decorrentes da entrada em funções do novo Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à aposta numa prática diferenciadora e de qualidade, menos dependente de receitas comerciais e de flutuações de audiências, e sem implicações orçamentais.

Intervieram, de seguida, para além da Senhora Presidente da Comissão, os Senhores Deputados Andreia Neto (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), e Diana Ferreira (PCP), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares e formularam algumas questões.

Em resposta às perguntas colocadas, o Senhor Presidente do CGI recordou as competências e os limites de atuação do Conselho e pronunciou-se, de seguida, sobre a Televisão Digital Terrestre (TDT), afirmando que a posição do Conselho vai no sentido de apoiar o Conselho de Administração no que se refere à inclusão de dois canais adicionais da RTP.

Relativamente à Contribuição de Audiovisual (CAV), referiu que existem vários aspetos que exorbitam a atuação do CGI, mas defendeu que a inclusão da CAV no Orçamento do Estado tem de assegurar dois aspetos fundamentais: que a receita não diminua e que não se introduza demora no fluxo financeiro ou possibilidade de o mesmo ser perturbado.

Referiu-se ainda ao relatório anual que deve ser produzido pelo CGI, esclarecendo que está a ser elaborado, pese embora não esteja ainda disponível o relatório da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que ainda não entregou o relatório referente ao ano de 2013.

Considerou imprescindível a existência de um código de ética e referiu-se ainda à questão da língua portuguesa, para afirmar que existe um trabalho de persuasão junto do Conselho de Administração, neste sentido, lembrando, no entanto, que esta vertente nem sempre é de fácil aferição.

Reafirmou que o novo modelo de governação, que é muito próximo do da BBC, pretende a desgovernamentalização da RTP e afirmou que a independência da empresa tem de ser defendida e bem assim o estrito respeito pela liberdade editorial.

Por último, e relativamente à indigitação do Conselho de Administração da RTP, lembrou que a Lei não prevê a forma como deve ser efetuada, pelo que se optou, num contexto em que se impunha a sua rápida substituição, pela indigitação direta dos nomes, tendo em conta as suas capacidades técnicas e profissionais.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Carla Sousa e António Cardoso (PS), Jorge Campos (BE) e Diana Ferreira (PCP).

O Senhor Presidente do CGI afirmou que o Conselho não tem capacidade de intervenção nas questões relativas à gestão, onde se integra a questão da precariedade e do estatuto da carreira. Fez referência aos contactos e às diligências tomadas pelo Conselho relativamente aos Centros Regionais da Madeira e dos Açores, onde se verificam deficiências ao nível dos equipamentos e das instalações, respetivamente. Afirmou que as emissões para a Diáspora estão a ser objeto de análise e, relativamente à preocupação que deve existir com a inclusão, nomeadamente no que se refere à transmissão dos Jogos Paralímpicos, lembrou que o Conselho não se pronuncia sobre as decisões editoriais.

Terminou, fazendo alusão à produção interna, afirmando que hoje, ao contrário do que vinha acontecendo, os produtores independentes são interlocutores da RTP.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

7. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi gravada em suporte áudio e o respetivo registo, parte integrante da presente ata, está disponível para consulta na [página Internet](#).

A reunião foi encerrada às 19:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro 2016

A PRESIDENTE

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Firmino Pereira
Gabriela Canavilhas
Helga Correia
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Carlos Silva
Ivan Gonçalves
Joel Sá
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Ricardo Leão
Vânia Dias da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Monteiro
Norberto Patinho